



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000.

INTERESSADO: Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATC-TIC da STIC.

ASSUNTO: Solicitação de Prorrogação – **Contrato 04/2019** – Solução de TIC - Serviço de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC) nas modalidades local e longa distância – Contratada OI S.A - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 5 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo que abriga os seguintes atos da contratações firmadas por este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com a empresa **OI S.A**:

I - CONTRATO N. 04/2019 ([0450354](#)), com prazo de vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 03/09/2019, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93, e que tem como objeto a prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) **digital**, nas modalidades local e longa distância, com os seguintes serviços:

- a) Lote 1: Serviços Discagem Direta a Ramal (DDR);
- b) Lote 3: Serviços Longa Distância Nacional (LDN); e
- c) Lote 4: Serviços Discagem Direta Gratuita (DDG) – 0800.

Vencimento original: 03/03/2022.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO ([0788498](#)): PRORROGA o prazo de vigência **por mais 12 (doze) meses a partir de 04/03/2022 a 03/03/2023**.

REAJUSTE: Verifica-se que o contrato vem sendo reajustado anualmente pelo Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, sendo o último aferido no período de agosto de 2021 a agosto de 2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 14 de agosto de 2022, de acordo com a Apostila n. 3 ([0927368](#));

II - CONTRATO N. 05/2019 ([0478075](#)), com vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 03/01/2020, podendo ser prorrogado por até 60

(sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93, que tem por objeto a prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), representado pelo Lote ÚNICO: Linhas telefônicas não residenciais.

Vencimento: 03/07/2022.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 05/2019 (0788499): PRORROGA o prazo de vigência do **Contrato n. 05/2019 por mais 12 (doze) meses a partir de 04/07/2022 a 03/07/2023.**

REAJUSTE: Verifica-se que o contrato vem sendo reajustado anualmente pelo Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, sendo o último aferido no período de de setembro de 2020 a setembro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 25 de setembro de 2021, de acordo com a Apostila n. 2 ([0776579](#)).

02. Pelo que relatado no item anterior verifica-se que os contratos encontram-se vigentes e em plena execução. Aproximando-se a data de vencimento da vigência a unidade gestora instaurou o Processo SEI n. [0002217-85.2022.6.22.8000](#) no qual foi juntado o Documento de Oficialização de Demanda - DOD, de 4/11/2022 ([0931131](#)), no qual a unidade demandante STIC:

a) indicou a necessidade de continuidade da solução dos serviços de telefonia fixa em decorrência do encerramento da vigência dos contratos n. 04/2019 e n. 5/2019, respectivamente, em março e julho de 2023;

b) indicou nova equipe de planejamento da contratação, depois instituída pela Portaria 472/2022 ([0935752](#));

c) informou que a ação estava alinhada ao planejamento estratégico e no Plano de Contratações de TIC 2022, sob código de identificação 2022-C07;

d) registrou os resultados a serem alcançados, quais sejam: 1) no mínimo, manter um recurso essencial ao desempenho das atividades das unidades, representado pelo serviço de comunicação telefônico e 2) manter canal telefônico de relacionamento com os clientes da Justiça Eleitoral de Rondônia no formato 0800 e 148.

03. Assim, a equipe de planejamento da contratação, trouxe ao processo os seguintes documento:

a) **Análise de Viabilidade** ([0950107](#)), que:

i) de antemão, registrou que embora ambos os contratos admitam prorrogação com fundamento no art. 57, II, da L. 8.666/93, há manifestação favorável da contratada Operadora Oi S.A, **apenas para o contrato n. 04/2019.**

Quanto ao Contrato n. 05/2019, a contratada, embora não tenha formalizado, sinalizou para a fiscalização do contrato o desinteresse na sua prorrogação, sob a alegação de mudança na tecnologia, que implicará em alteração no objeto.

Assim, considerando que se tratam de soluções sem interdependência, por racionalidade, celeridade e economicidade, **realizou a análise para a viabilidade de prorrogação apenas do contrato n. 04/2019**, cujo encerramento da vigência ocorrerá cerca de quatro meses antes do contrato n. 05/2019. Para a solução provida por este último, outro estudo ocorrerá em momento oportuno;

ii) concluiu pela manutenção da atual solução contratada, por meio da prorrogação do contrato por mais 12 meses, vez que **comprovada a vantajosidade do ato por meio de pesquisa de preços ao mercado fornecedor**, a existência de concordância da contratada pela renovação do contrato apenas para esse período ([0938726](#));

b) **Sustentação do Contrato ([0961833](#))**, que basicamente atualiza e reproduz as regras da contratação originária ([0398890](#));

c) **Estratégia para Contratação ([0961837](#))**, com o registro do ajuste acima indicado, reduzindo o período de vigência do contrato para **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura;

d) **Análise de Riscos ([0961877](#))**, que atualiza o mapa de riscos da contratação originária ([0398893](#)).

04. Por meio da Manifestação n. 01, de 11/01/2023 ([0966606](#)), o chefe do Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, unidade gestora do contrato registra, no que relevante:

a) Que os estudos preliminares, na forma do § 1º do art. 12 c/c o Parágrafo único do art. 14 ambos da Resolução CNJ n. 182/2013, **concluíram pela viabilidade/vantajosidade de prorrogação dos contratos atuais, cujos valores estão de acordo com o praticado pelo mercado**, fato demonstrado pelas pesquisas de preços juntadas aos autos no artefato Análise de Viabilidade ([0950107](#));

b) Regularidade fiscal da contratada, comprovada pelos documentos juntados no evento [0966649](#);

c) Disponibilidade orçamentária para a despesa para os exercícios de 2023 e 2024, de acordo com os dados que constam no quadro, item 5 da referida manifestação;

Assim, **solicita a prorrogação, por mais 12 meses** do Contrato n. 04/2019 ([0450354](#)) celebrado com a Oi S.A., da seguinte forma: **Vigência de 04/03/2023 a 04/03/2024.**

Recomendar, após definição dos ocupantes da gestão 2023, a revisão da Equipe de Planejamento para Elaboração de Estudo Preliminar, visando uma reavaliação da solução de telefonia fixa a ser adotada após a vigência desta prorrogação.

05. Remetidos os autos à Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), seu Secretário substituto APROVOU os documentos dos estudos preliminares produzidos pela equipe de planejamento da contratação, que em síntese propõe a prorrogação do contrato n. 04/2019, e deu continuidade à tramitação do ato ([0966752](#)).

06. Na sequência, a Secretária substituta da SAOFC, mediante Despacho 81/2023 ([0967036](#)), determinou a elaboração de minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT) e submissão da minuta a esta Assessoria Jurídica.

07. Por fim, a SECONT juntou a minuta de Termo Aditivo n. 02 ao Contrato n. 04/2019 ([0935611](#)). **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI 0002398-28.2018.6.22.8000 e 0002217-85.2022.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

12. Como condição prévia para a análise, tratando-se de Solução de TIC, forçoso verificar a obediência às regras da **Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça** que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.

13. No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que todos foram elaborados pela equipe de planejamento e registrados no item 3 deste parecer, os quais foram aprovados pelo Secretário da área demandante ([0966752](#)).

14. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

3.2 DA PRORROGAÇÃO PRETENDIDA

15. Conforme relatado, na manifestação da Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC - [0966606](#), a unidade gestora do **Contrato n. 04/2019** registrou a conclusão da equipe de planejamento pela prorrogação, por mais 12 meses do referido ajuste firmado entre este Tribunal e a empresa **Oi S.A.** Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

16. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

17. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não

poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

18. Ressalte-se que **Contrato n. 04/2019** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 03/09/2019, e **poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.**

Subcláusula Primeira – Quanto aos prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) O prazo de instalação dos feixes digitais não poderá ser superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço da fiscalização, encaminhados mediante correspondência eletrônica (e-mail); e

b) Reparar em, no máximo 1 (um) dia útil, contado do chamado de atendimento técnico, qualquer defeito em seus equipamentos e em sua rede de telefonia que tenha paralisado a continuidade dos serviços contratados, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da correspondência eletrônica, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

Subcláusula Quarta – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

19. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: **“iguais e sucessivos períodos”**. Conforme se verifica pelo relato do gestor, baseado nos estudos da Equipe de Planejamento e na manifestação da contratada, está sendo solicitada a prorrogação do contrato por apenas 12 meses. **Também não há óbices legais a essa pretensão.** O item **3 do ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, já não reproduz essa condição atrelada à observância de iguais períodos para a vigência dos contratos

nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

20. Esse também é o entendimento pacificado na doutrina administrativista, ou seja, os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida, precipuamente, a finalidade pública, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático. (negritou-se)

21. Para afastar qualquer dúvida sobre o tema, tem-se ainda que a prorrogação por períodos diversos do inicialmente pactuado encontra abrigo expresso no **item 12, letra “c” do Anexo IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, veja-se:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente. (destacou-se).

22. Nesses termos, tem-se que o contrato poderá ser prorrogado por apenas 12 (doze) meses, a contar de 04/03/2023, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

23. O terceiro e último requisito que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a

aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

24. Segundo registrado na Manifestação n. 01/2023 ([0966606](#)), embasada pela Análise de Viabilidade elaborada pela Equipe de Planejamento da contratação ([0950107](#)), a unidade gestora da contratação demonstra a vantajosidade da solicitação pretendida, pois os valores praticados no atual contrato são inferiores àqueles obtidos na pesquisas de preços levada a cabo no mercado especializado. Sobre esse aspecto, registram-se ainda as seguintes anotações relevantes que constam do referido documento:

...

Para avaliação da vantajosidade de possível prorrogação do atual contrato, foram consultadas as empresas que prestam os serviços no Estado de Rondônia, além da Oi S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. Somente a empresa Claro S.A., apresentou proposta ([0964616](#)), visto que a Telefônica informou não conseguir atender no endereço do Tribunal (evento n. [0957906](#)).

A equipe considerou que para garantir a consistência da pesquisa iria considerar válido somente os preços apresentados na proposta da empresa Claro, ou seja, descon siderou preços "genéricos" de fontes como banco de preços. Ocorre que o preço é sensível ao local de prestação do serviço, ou seja, oscila a depender do estado, do município e até do endereço onde será prestado, pois depende da infraestrutura telefônica da região como p. exemplo disponibilidade de slots e distância até os armários.

...

Pelo quadro, vê-se que o total estimado da despesa com base nos preços praticados no contrato n. 04/2019 é cerca de 33,4% inferior àquele obtido na proposta válida.

25. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

3.3 DA NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

26. O Contrato n. 04/2019 ([0450354](#)) estabeleceu a obrigação de a empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 9.414,66** (nove mil quatrocentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Contrato, sob pena de apuração de descumprimento contratual, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato. (destacou-se)

(...)

27. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

28. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.**

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.**

29. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do **patamar financeiro atualizado do contrato**, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela cláusula sexta do Ajuste.

3.4 ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

30. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 04/2019 ([0967451](#)) para o registro da prorrogação pretendida pela unidade gestora da STIC. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da

Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**. Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

31. Verifica-se, ainda, que a SECONT também inseriu na minuta a cláusula que disciplina a obrigação de apresentação de garantia contratual, exigência com expressa previsão na Subcláusula Terceira da CLÁUSULA SEXTA do ajuste originário. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada ao novo prazo de vigência do contrato, **devendo a gestão do contrato observar com rigor seu cumprimento**.

IV – CONCLUSÃO

32. Nesses termos, considerando sobretudo a Análise de Viabilidade produzida pela equipe de planejamento da contratação ([0950107](#)), a manifestação proferida pela unidade gestora ([0966606](#)), a aprovação pela STIC ([0966752](#)), esta assessoria jurídica não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 04/2019 ([0450354](#)) celebrado com a Oi S.A, por mais 12 (dozes) meses, a partir de 04/03/2023, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento no **artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta do referido ajuste**.

Registre-se, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, que a unidade gestora indicou a disponibilidade orçamentária para a despesa para os exercícios de 2023 e 2024, de acordo com os dados que constam no quadro, item 5 da referida manifestação, **a qual, todavia, não foi atestada pela COFC, podendo, a juízo da SAOFC, ser juntada no processo previamente à autorização do ato pela autoridade administrativa**.

33. Para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([0967911](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

34. Por fim, esta Assessoria Jurídica registra que, em relação ao **CONTRATO N. 05/2019 ([0478075](#))**, ao que parece, o último reajuste anual pelo Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, refere-se ao período de setembro de 2020 a setembro de 2021, com efeitos financeiros sobre a partir de 25 de setembro de 2021, de acordo com a Aposta n. 2 ([0776579](#)). Dessa forma, **RECOMENDA-SE** à gestão do contrato que diligencie e, caso necessário, adote as providências cabíveis para o cumprimento das regras contratuais.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 16/01/2023, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0967911** e o código CRC **3E19D782**.